

EDITORIAL

É com grande satisfação que apresentamos a edição de número 86 da Revista da Faculdade de Direito da UFMG. Como é da nossa tradição, reunimos nesta edição várias contribuições de notável relevância científica, provenientes de reconhecidos colaboradores e pesquisadores nacionais e estrangeiros, refletindo o vigoroso trabalho acadêmico desenvolvido por eles no campo jurídico. Deixamos aqui os nossos sinceros agradecimentos a todos esses colaboradores que enviaram os seus artigos em confiança na reputação de excelência da nossa revista.

Além de expressar nosso profundo agradecimento a todos os que contribuíram com o compartilhamento das investigações científicas que encerram esta edição do primeiro semestre do ano de 2025, reconhecemos o empenho, a dedicação e o rigor intelectual de cada um dos autores, avaliadores externos e internos e dos membros da nossa equipe de trabalho que tornaram possível a realização exitosa desta edição.

Abrindo este número, o leitor poderá encontrar o artigo da área do Direito Processual Civil intitulado “*O Potencial dos Negócios Processuais na Tutela Coletiva: Reflexões à Luz da Efetividade do Direito à Saúde*”. Nele, Cíntia Menezes Brunetta (FADISP) e Taís Schilling Ferraz (ENFAM) exploram como os negócios jurídicos processuais podem se tornar instrumentos relevantes para o fortalecimento da tutela coletiva, com especial atenção ao direito à saúde, tema de alta necessidade e preocupação para a sociedade brasileira.

Na área de Direito Civil e Sucessório, o volume atual compartilha o artigo intitulado “*Entre Autonomia e Solidariedade: Uma Proposta de Modificação da Legítima a Partir do Modelo Sucessório Cubano*”, escrito em coautoria entre a professora Mariana Alves Lara (UFMG) e Ana Carolina De Mari Rocha Benício Carvalho (UFMG), trazendo uma análise comparativa entre sistemas jurídicos diversos.

Sob a ótica do Direito do Consumidor, os autores Paulo Roberto Fogarolli Filho (Mackenzie SP) e Ana Elizabeth Lapa Wanderley Cavalcanti (Mackenzie SP) estudam sobre os impactos da sobrecarga de informações no artigo “*Obesidade Informacional nas Relações de Consumo: A Vulnerabilidade do Consumidor Frente ao Excesso de*

Informação”, conferindo assim, posicionamento crítico e ampliado quanto a preocupação social diante da hipossuficiência inerente aos consumidores.

Ainda nesta edição da Revista há o artigo de Direito Constitucional intitulado “*Consenso na Jurisdição Constitucional: Conciliação como Instrumento no Controle Concentrado de Constitucionalidade a partir da Análise da ADPF nº 829/RS*”. Nele os autores Pedro Augusto Silveira Freitas (USP) e Susana Henriques da Costa (USP) exploram o tema da conciliação no controle concentrado de constitucionalidade, reforçando, dessa forma, um importante preceito indicado desde 1988, no preâmbulo da Constituição da República brasileira.

No âmbito do Direito Tributário, a questão da compatibilidade da CIDE-Tecnologia com o princípio da isonomia tributária é examinada por Jéssica Amanda Fachin (Faculdades Londrina), Mário Lúcio Garcez Calil (CEUB-ITE) e Mariana Barboza Baêta Neves Matsushita (Mackenzie SP), como se poderá acompanhar no estudo intitulado “*A Tributação da Transferência de Tecnologia e a Isonomia Fiscal: O Exemplo da CIDE-Royalties*”.

Também no escopo do Direito Público, João Bernardo Antunes De Azevedo Guedes (FDV) e Daury Cesar Fabríz (FDV) propõem uma reflexão sobre as garantias constitucionais fundamentais com o tema “*Dever Fundamental das Pessoas Naturais Detentoras de Mandatos no Parlamento e na Chefia do Poder Executivo em Possibilitar o Controle Social*”, reforçando a necessidade do diálogo institucional entre os poderes legislativo e executivo no país.

Sobre a interação entre o Direito Brasileiro e o Direito Internacional, o professor Lucas Carlos Lima (UFMG) apresenta o artigo “*A Constituição Brasileira como Reguladora da Relação entre o Direito Internacional com o Direito Interno Brasileiro*” (OBS: vamos aguardar as observações do Prof. Lucas aqui, ok?).

Focalizando a temática do acesso à educação, Maria Creusa de Araújo Borges (UFPA), em descreve sobre as suas preocupações sobre “*O Direito à Educação Intercultural na Sociedade Digital: Fundamentos, Principiologia, Abordagem e Questões Emergentes*”, analisando, criticamente, a concepção de educação intercultural como um direito dos povos indígenas e os desafios advindos da sociedade digital para a formação cidadã.

No que se refere ao Direito Ambiental, os autores Paulo José Pereira Carneiro Torres da Silva (Universidade Estácio de Sá), Wilson Tadeu

De Carvalho Eccard (PUC-Rio) e Jamile Sabbad Carecho Cavalcante (PUC-Rio) abordam um importante enfoque da atualidade no artigo intitulado “*Inteligência Artificial e Sustentabilidade: Desafios Regulatórios e Impacto Ambiental*”, tema de indiscutível necessidade de maior profundidade na investigação científica.

Além das valiosas contribuições nacionais acima indicadas, este número também conta com o privilégio de reunir investigações científicas de autores internacionais refletidas em artigos de cinco países distintos — Peru, Espanha, Bielorrússia, Portugal e Itália — nos quais seus autores colaboram para a ampliação do diálogo acadêmico e enriquecem a coletânea de estudos presentes nesta edição

Assim, na seção dedicada aos artigos estrangeiros, encontram-se temas e autores de reconhecida importância, são esses: Enrique Varsi-Rospigliosi (Universidad de Lima), que escreve em coautoria com Maici Colombo (USP) e apresentam pesquisa sobre “*Las Lagunas de la Ley: Análisis de Vacíos Normativos y su Gestión en un Sistema Jurídico Dinámico*”. Poderá ser encontrado, a seguir, o artigo intitulado “*Las Nuevas Directivas sobre Digitalización del Derecho de Contratos*”, de Esther Arroyo Amayuelas (Universidade de Barcelona). Por sua vez, Nataliya Maroz (Belarusian State University) contribui com o trabalho, igualmente, de relevância social e atualidade inegáveis, tratando da discussão sobre a “*Legal Challenges to International Cooperation Against Offences Related to Online Child Sexual Abuse, Child Sexual Exploitation Material During Armed Conflicts*”. O quarto artigo estrangeiro, “*Catálogo de Tópicos sobre Derechos del Niño: Lugares Comunes en la Jurisprudencia de la Corte Interamericana de Derechos Humanos*”, é de autoria de Sergio Daniel Ruiz Díaz Arce (Universidade do Minho). Por fim, integra a valiosa seleção de pesquisas no âmbito do Direito estrangeiro nesta edição, o estudo no campo do Direito do Trabalho, sobre “*I Rimedi del Diritto del Lavoro di Fronte alle Emergenze. Il Caso Spagnolo*”, de Sonia Fernández Sánchez (Università di Cagliari).

Destarte, se pode observar que este número da nossa Revista se apresenta marcado pela diversidade temática, pelo rigor científico e pelas notáveis contribuições ofertadas por abalizados pesquisadores, nacionais e estrangeiros, cujos olhares singulares enriquecem o debate jurídico atual e promovem uma reflexão amadurecida sobre temas de alto impacto social e pertinência humanitária.

Além dos artigos originais, esta edição traz, no espaço reservado às traduções, dois grandes destaques. A primeira analisa “*O Uso Político do Juiz Internacional*”, do autor Guillaume Le Floch (Université de Rennes), traduzido por Camilla Freitas Amaral (UFOP) e Lucas Carlos Lima (UFMG). A segunda intitula-se “*A Complementaridade Processual da Garantia Convencional Europeia*”, de Sébastien Touzé (Fondation René Cassin), com tradução de Luísa Lobato Oliveira (UFMG) e Lucas Carlos Lima (UFMG).

Este volume contempla ainda, em sua seção de Memória Histórica, duas valiosas colaborações, sendo a primeira um artigo de autoria do professor Hermes Vilchez Guerrero, atual diretor da Faculdade de Direito da UFMG, “*O Estudante Zé Paulo na Vetusta Casa de Afonso Pena*”, que foi originalmente publicado no livro *De Zé Paulo a Pertence – a história do mineiro amante da democracia*, tendo sido escrito em homenagem ao ministro José Paulo Sepúlveda Pertence, falecido em julho de 2023. A segunda se dá em reconhecimento à sensibilidade do corpo discente da Faculdade de Direito da UFMG, refletida no “*Discurso Proferido pela Oradora da Turma 180, Turno Diurno, de Formandos do 2º Semestre de 2024 do Curso de Graduação em Direito da Faculdade de Direito da UFMG, em Sessão de Colação de Grau Realizada em 17 de fevereiro de 2025*”, por Roberta Puccini Gontijo (UFMG).

Por derradeiro, renovando a nossa gratidão a todos aqueles que participaram da construção desta edição, cuja dedicação torna possível a continuidade do projeto de difusão de um saber jurídico comprometido com a excelência, convidamos os leitores a se debruçarem sobre esta 86ª edição da Revista da Faculdade de Direito da UFMG. Esperamos que as reflexões aqui reunidas inspirem e provoquem o engajamento dos leitores nos diálogos que esta Revista, ao longo de sua trajetória, cuidadosamente, se empenha em cultivar.

PROFA. TEREZA CRISTINA SORICE BARACHO THIBAU
DIRETORA-EDITORA

PROF. LUCAS CARLOS LIMA
DIRETOR-ADJUNTO